

1º CONGRESSO DO SINSEJ RESOLUÇÕES FINAIS



APRESENTAÇÃO

A crise mundial do Capitalismo, suas implicações no serviço público e a resistência dos trabalhadores

Nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2015 realizamos o 1º Congresso do Sinsej. Os servidores de Joinville, Garuva e Itapoá discutiram a conjuntura política e formularam um plano de lutas para o próximo período. O presente caderno traz o conjunto das resoluções aprovadas. Esses documentos refletem uma análise consciente, que embasa a grande luta que nossa categoria já está travando pela ampliação de direitos e resistência aos ataques.

A intensificação da luta de classes em todo o mundo, no Brasil e em nossas cidades está cada vez mais visível. A atual crise financeira internacional, que assola o planeta desde 2008, chegou ao país com mais força em 2015 e já impacta os municípios. Longe de ser uma discussão abstrata do mercado econômico, a crise significa sérios problemas sociais, que afetam diretamente a classe trabalhadora.

Nesses períodos, o Estado põe-se ainda mais intensamente a serviço da burguesia, em detrimento do povo. Cortam-se direitos sociais, fecham-se postos de trabalho, flexibilizam-se leis trabalhistas, ataca-se a Previdência, aumenta-se a repressão contra quem resiste, entre outras medidas nefastas.

Quando o Sinsej realizou seu 1º Congresso, em



“Os servidores discutiram a conjuntura política e formularam um plano de lutas para o próximo período.”

novembro de 2015, Dilma havia aprovado o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que permite redução de salário e carga horária e a “lei antiterrorismo” (PL 2016/2015), que iguala os movimentos sociais a grupos terroristas, ampliando a criminalização, entre outras questões.

Temer, que governa o país após o processo de impeachment, é um governo sem rumo nem futuro, mas pode causar imensos danos. Seu principal objetivo é rebaixar o custo da força de trabalho no país – aumentar a produtividade, ampliando a exploração. Ou seja, atacar direitos e conquistas da classe trabalhadora, bem como abrir ainda mais o mercado e a entrega de riquezas nacionais ao grande capital financeiro internacional.

Regionalmente, fala-se em “crise nos cofres municipais” e contenção de despesas. Sob a justificativa da entrada de menos impostos devido à desaceleração da economia, prefeitos de Santa Catarina declaram aos jornais que “cortarão na carne”. Ao invés de mudar a lógica de terceirização de boa parte dos serviços públicos e de beneficiamento das oligarquias locais, as Prefeituras tentam economizar retirando direitos do funcionalismo público.

É neste cenário que os servidores de Joinville, Garuva e Itapoá estão inseridos e no qual desenvolvem suas lutas. Nos documentos que seguem eles reafirmam sua disposição de continuar unidos, organizados e lutando, em defesa de seus direitos e da construção de um mundo mais justo, onde não haja exploração.

“Nos documentos que seguem eles reafirmam sua disposição de continuar unidos, organizados e lutando...”



UNIR, ORGANIZAR E LUTAR RESISTIR AOS ATAQUES E AVANÇAR NAS CONQUISTAS

Resolução Final do I Congresso do Sinsej.

1. O mundo capitalista em ebulição: o colapso do sistema e a resistência dos trabalhadores

Em 200 anos, o Capitalismo gerou mais de um bilhão de miseráveis. Um sistema que produz bombas nucleares, mísseis de precisão, drones, I-Phones, naves espaciais, mas é incapaz de acabar com a fome ou de erradicar doenças medievais, como a tuberculose, sarampo, gripe, câncer... Enquanto este texto é escrito, há 65 milhões de refugiados, fruto das 25 guerras ao redor do mundo. A ânsia pela acumulação infinita de capital levou algumas poucas famílias a desfrutarem privilégios (carros, aviões, iates, mansões, viagens...) jamais sonhados pelos maiores reis do passado, enquanto a imensa maioria da população vive em situação precária, sob a ameaça do desemprego, da fome, do despejo. Trabalhamos hoje tanto ou mais que no século passado. Os servidores públicos sabem bem disso. Profissionais da saúde e educação, entre outros, são explorados em dois ou três vínculos diferentes, perfazendo jornadas de 60 a 80 horas semanais. Nas empresas, ou se tem dupla jornada ou se faz "serão". Trabalhamos sempre mais para pagar prestações, adquirir bens, pagar dívidas. E isso atinge todos os trabalhadores do mundo, dos europeus aos africanos, dos americanos aos asiáticos.

Tampouco os problemas sociais foram resolvidos sob o Capitalismo. Pelo contrário. Alguns encontraram neste sistema um espaço para se criar ou para atingir seu desenvolvimento máximo. Assim, continuamos convivendo com a violência contra a mulher, transformada em objeto, que serve tanto para ser vendida como para adorno nas propagandas dos produtos que os capitalistas desejam vender. A homofobia, ora mais velada, ora escancarada e sob a forma de violência física, continua afligindo milhares de seres humanos. O racismo, xenofobia, intolerância religiosa idem... E, sob variadas nuances, mesmo com facetas progressistas, o sistema continua dividindo as pessoas, instigando o ódio, a segregação, a vingança. Não bastasse a divisão de classe, a divisão entre quem tem dinheiro e quem não tem, quem detém o poder e quem não detém, entre patrões e trabalhadores – estes últimos ainda são forçados a se dividir entre brancos e negros, homens ou mulheres ou homoafetivos, nativos ou imigrantes, cristãos ou não-cristãos ou ateus... Tudo isso disfarça a verdadeira face do sistema capitalista, onde a única e real diferença entre os seres humanos está na propriedade privada. Cada nova crise reforça essas diferenças, permitindo às classes dominantes a hegemonia ideológica.

A história do Capitalismo é uma história de crises. A última, de 2008, explodiu nos EUA com a chamada "bolha imobiliária" e espalhou-se pelo mundo, com reflexos imediatos nos países europeus. São mais de sete anos e não há sinal de recuperação das economias da zona do euro e dos EUA. O chamado "estado de bem estar social", vivido pelos europeus desde o final da II Guerra, acabou. Países desenvolvidos estão em recessão, lançando seus trabalhadores no desemprego e no arrocho. A solução adotada é sempre a mesma: cortes nos direitos, na Previdência, congelamento de salários, enquanto

os governos destinam trilhões de dólares para salvar bancos e grandes empresas. Aos trabalhadores, a demissão, despejo, fim dos serviços públicos. Nós pagamos pela crise, enquanto a burguesia se beneficia dela.

Por alguns anos, os BRICS pareciam ilhas de prosperidade no mar de desgraça do mundo capitalista. Aliando captação de “investimentos” internacionais (capital especulativo atraído com a alta taxa de juros praticada em países como o Brasil) com a mais alta oferta de crédito da história, criaram uma bolha de crescimento. Em poucos anos, com o alto endividamento das famílias, esse modelo colapsou. Não há mais margem para novos empréstimos. O consumo das famílias para, a produção diminui e os especuladores, receosos dos seus investimentos, migram seu capital para outros países. Os nossos governos seguem a cartilha do império: menos direitos aos trabalhadores, cortes nos investimentos sociais e na Previdência, para preservar o lucro e os interesses de banqueiros e grandes empresários.

No mundo todo, porém, os trabalhadores resistem. Greves históricas sacodem a Itália, França, Espanha... Na Grécia, sucessivas greves gerais revertem cortes de direitos. Nos EUA, além de insurreições em várias cidades, vimos o “Occupy Wall Street”, movimento contra a ditadura do “mercado” imposta pelos capitalistas. “We are the 99%”, dizem os manifestantes, em alusão aos 99% da população mundial explorados por esse sistema para manter os privilégios de 1% da humanidade. Mesmo no Oriente Médio, a classe trabalhadora se levanta e derruba ditaduras, num movimento conhecido como “Primavera Árabe”. E, embora os EUA junto com seus aliados na região busquem financiar os grupos extremistas para derrotar as organizações dos trabalhadores, surgem movimentos de massas, de trabalhadores e jovens, em defesa do emprego, dos direitos, contra as guerras e a barbárie que varrem a região.

Se não transformarmos o sistema sócio-econômico-político vigente, caminhamos para a destruição do planeta. O equilíbrio ambiental está por um fio. A devastação sem fim das riquezas naturais, em nome da produção e do lucro desenfreado, tem dizimado florestas, extinguido diversas espécies animais e vegetais, contaminado as águas, o ar, o solo... A chamada ‘responsabilidade social’ e sustentabilidade das empresas é uma farsa. Adotam uma praça, lançam um concurso sobre ambientalismo nas escolas públicas e no dia a dia continuam agredindo a natureza na mesma intensidade, para não reduzir seus lucros. Enquanto a produção industrial e agrícola estiver voltada à satisfação dos lucros dos “donos” da fábrica ou da fazenda, não há chance de reverter este processo de destruição em escala global.

Aos trabalhadores e à juventude cabe construir uma nova sociedade, alicerçada na solidariedade e não na exploração, focada nas reais necessidades dos seres humanos e não no lucro. Isso só é possível com a expropriação dos grandes meios de produção e do sistema bancário, para que toda indústria, a terra e os bancos estejam à disposição da solução dos problemas coletivos. É óbvio que isso não interessa aos capitalistas. Por isso a demonização de qualquer ideia que contrarie a ordem atual. “A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante” – já explicava Marx. Eles precisam que acreditemos que podemos todos ficar ricos, que o esforço individual eleva nossa condição econômica e social. Portanto, fora o socialismo e viva a sagrada propriedade privada dos meios de produção. Esta ideologia dominante corrompe grupos e organizações da própria classe trabalhadora. Por não acreditarem mais no socialismo, passam a defender alguns

“avanços” e aplicam a mesma política de sempre. Mas tão danoso quanto a adaptação é o sectarismo. Alguns grupos, mesmo bem intencionados, apostam sempre na divisão da nossa classe, criando várias centrais e partidos políticos, levando às cisões e brigas sem fim, enquanto os patrões saboreiam nossas divisões e colhem tranquilamente os frutos da exploração da nossa classe.

2. Brasil: da euforia ao estelionato eleitoral

O Brasil vive o quarto mandato do PT e seus aliados... Um “governo de frente popular”, com banqueiros e latifundiários nos principais ministérios. Ao eleger Lula, a classe trabalhadora brasileira viveu momentos de euforia, com um governo que atenderia aos clamores populares, resolveria os problemas sociais e atacaria o privilégio das elites. Passados quase treze anos, o que se viu foi que, segundo Lula, “nunca na história deste país os empresários lucraram tanto”. O que para o ex-presidente é motivo de orgulho, para os trabalhadores é uma tragédia. A primeira “grande medida” para a classe trabalhadora foi a Reforma da Previdência, ainda em 2003, que destruiu a aposentadoria dos servidores públicos, com os mesmos cortes de direitos que FHC já havia imposto aos demais trabalhadores em 1998. Além disso, em submissão aos EUA, o governo ordenou a ocupação militar do Haiti – primeiro país a se tornar independente na América Latina. Desde então, as favelas do Haiti têm servido de laboratório para que nossas tropas “treinem” a ocupação das periferias de nossas cidades, o combate aos movimentos populares e ao movimento sindical. Hoje o governo brasileiro dispõe de um enorme aparato militar para conter, agredir e prender manifestantes e se orgulha de disponibilizar essa força para qualquer governador que solicitar.

Foi nesse governo, também, que se expandiu a entrega das riquezas nacionais. Dezenas de privatizações (chamadas agora de “concessões”) de aeroportos, portos, estradas, usinas hidrelétricas, transmissão de energia, hospitais universitários, entre outras, foram realizadas nos últimos anos. Mesmo o pré-sal, a maior descoberta de petróleo da história brasileira, foi entregue rapidamente num leilão às pressas e bancado por forte aparato militar.

Em seu governo, Lula conseguiu amenizar qualquer desgaste, graças a uma política agressiva de concessão de crédito. O crédito consignado, de cerca de R\$ 8 bi no final do governo FHC, saltou para mais de R\$ 700 bi no final de 2010. Isso elevou o consumo, o nível de empregos, criou a sensação de desenvolvimento contínuo e permanente. Em paralelo, houve acesso à universidade e aos cursos técnicos, com o PROUNI e PRONATEC, a maior transferência da história de recursos públicos para empresários da educação. Isso criou monstros como a Króton-Anhanguera, que se tornou o maior grupo privado de ensino do mundo, vendendo diplomas a custos baixos e com o mínimo (ou sem) qualidade. Portanto, ao invés de investir na educação pública, subsidiou-se o setor privado da educação, ‘comprando-se’ diplomas. Essa lógica reproduz a mercantilização de um direito social estratégico para a transformação da sociedade. Afinal, estamos formando estes estudantes para quê? A quem interessa esse modelo de educação?

Lula dizia que a crise internacional não atingiria o Brasil, que a “tempestade aqui seria apenas uma marolinha”. Mas o Brasil não é uma ilha. A crise que atinge a Europa e os EUA chegou aos BRICs. Para retardar os efeitos, Dilma acelerou o processo de conces-

são aos grandes empresários. Em seu primeiro mandato, aplicou várias desonerações da folha, de IPI, perdão direto de débitos previdenciários e tributários, para manter os lucros dos especuladores nacionais e internacionais. Mas é impossível contentar o capitalista. Ele sempre quer mais e mais. E assim, com a crise ameaçando os lucros, o governo ataca os trabalhadores.

Dilma, em campanha, afirmou que não atacaria direitos dos trabalhadores “nem que a vaca tussa”. Mal iniciou seu governo, criou duas MPs contra pensões, seguro-desemprego e seguro-defeso. Ratificou a fórmula progressiva 85x95, que se transformará em 90x100 em cinco anos. Com um banqueiro no Ministério da Fazenda e uma latifundiária no Ministério da Agricultura, desmonta os direitos dos trabalhadores na cidade e libera os fazendeiros para atacarem indígenas e sem-terra Brasil afora. Pressionada pelos capitalistas, envia ao Congresso a Lei Anti-terror, que qualifica qualquer manifestante como possível terrorista. Anuncia cortes na Educação e na Saúde, congelamento de salários dos servidores federais, mais impostos...

Os “avanços” dos governos Lula-Dilma (diminuição da miséria, valorização do salário-mínimo, ampliação da oferta de vagas no ensino superior...) podem sumir rapidamente graças aos ataques aos trabalhadores, enquanto banqueiros e grandes empresários são generosamente agraciados com mais “desonerações” e “anistias”. Até as igrejas receberam mais isenção de impostos, para agradar à bancada evangélica, que atua na retirada de direitos, na terceirização, na redução da maioria penal, contra a liberdade pedagógica... Enquanto a mídia tenta dividir a população em torcidas organizadas, “pelo impeachment” ou “contra o golpe”, os tubarões seguem pilhando as riquezas públicas e destruindo nossos direitos. O grande golpe, na verdade, é o estelionato eleitoral, quando um governo de um partido assentado nos movimentos sociais e na classe trabalhadora age igual a qualquer partido de direita.

Mas também no Brasil os trabalhadores e a juventude resistem. Junho de 2013 representou um divisor de águas na consciência das massas. Cansados da exploração, do transporte caro e ineficiente, das filas nas unidades de saúde, da falta de vagas nas escolas públicas, da carestia, da falta de segurança, da violência policial imposta pelo Estado, os jovens saíram às ruas. O que era uma manifestação contra o aumento da tarifa do transporte logo se transformou em palco para extrapolar toda a raiva contida da população contra esse sistema de exploração. A exemplo do que já havia ocorrido em outros países, milhões foram às ruas, sem organização, sem uma pauta clara e objetiva – levados apenas pelo sentimento de esgotamento frente a uma realidade que não muda. A frustração levou a juventude, num primeiro momento, a desprezar qualquer tipo de organização ou entidade que lembre a atual estrutura social. Partidos, sindicatos, associações, foram rechaçados das manifestações. E, assim, sem direção, sem rumo, o movimento foi enfraquecendo, esmorecendo, sem atingir – aparentemente – seus objetivos. Não se pode deixar levar pelas aparências. A juventude fez sua experiência. Sem método, sem organização. Foi um ensaio. Agora, esses mesmos jovens buscam compreender melhor sua participação na transformação da sociedade. E são eles que estão engrossando as fileiras de sindicatos e partidos mais à esquerda, mais combativos. Aos poucos, descobrem que precisam disputar as organizações de massas e, junto com os trabalhadores, reivindicar mais que um punhado de direitos e lutar para transformar esta sociedade. Depois dos jovens, a classe trabalhadora também vai à luta. Não se via

tantas greves desde os anos 80, revertendo demissões e impedindo retirada de direitos. Porém greves isoladas não bastam. É preciso unificar as lutas no país contra a retirada de direitos e em defesa dos serviços públicos. Por um governo dos trabalhadores de fato. Não à divisão, ao comodismo e à adaptação. Total independência e autonomia dos sindicatos e movimentos frente aos governos e patrões. As direções adaptadas precisam ser varridas. É preciso lideranças capazes de erguer e unificar a classe. Isso não se faz pregando o ódio e a divisão. Toda a crítica aos patrões e ao governo. Todo o esforço pela unificação dos trabalhadores e da juventude. Da mesma forma que não dividimos um sindicato quando não concordamos com sua direção, é criminoso destruir qualquer organização da classe trabalhadora e da juventude por não concordar com suas direções. Unificar pela base. Vamos juntos construir uma Assembleia Popular Constituinte. Todo poder ao povo trabalhador.

3. Santa Catarina – Continuidade do desmonte dos serviços públicos

A reeleição de Colombo representa mais ataques ao serviço público. No estado inteiro há escolas e unidades de saúde abandonadas. Os servidores públicos estaduais vivem anos de incerteza, sem reajuste salarial e vendo o sucateamento diário de suas condições de trabalho. A rede estadual tem sido um péssimo exemplo para as Prefeituras. O governo do estado iniciou a entrega da saúde para OS's. Foi o governo do estado que entregou as cozinhas das escolas para empresas privadas. E essas ideias vêm sendo copiadas pelos diferentes prefeitos. Recentemente, Colombo fala em cortar licença-prêmio e aumentar a jornada de trabalho. Neste momento, tramita na Assembleia Legislativa projeto que ataca novamente a Previdência dos servidores estaduais. Depois de terceirizar a administração de várias Unidades de Saúde, Colombo lança edital para empresas interessadas em administrar farmácias e almoxarifados da rede estadual de saúde. Também está na ALESC projeto que modifica o Plano de Carreira do Magistério. É um conjunto de ataques, ordenado e amplo, preparado pelo governo para destruir o serviço público e cortar direitos dos servidores. Essa ação é a materialização dos discursos de Colombo, como o proferido na abertura do encontro Brasil-Alemanha, em Joinville, ocasião em que defendeu que a Constituição de 88 trouxe direitos demais para os trabalhadores e que agora seria uma boa hora para revisar esse excesso. Os sindicatos dos servidores estaduais têm um grande desafio pela frente."

A organização dos servidores estaduais mostra a fragilidade oriunda da sua divisão em vários sindicatos. Cada setor do serviço público estadual é representado por um sindicato diferente. E isto tem se revelado um empecilho na necessária unidade dos servidores estaduais contra os ataques do governador. Apesar disso, é preciso levar um combate para unificar na luta o SindiSaúde, o Sinte, o Sintespe e os demais sindicatos. Cabe ao Sinsej, à Fetram e aos demais sindicatos municipais dispor de todo o apoio necessário nesse combate, haja vista que uma vitória do governador incita os prefeitos a repetirem a iniciativa nos municípios.

4. Joinville, Garuva e Itapoá – realidades diferentes, mas nem tanto

A grosso modo, as três cidades representadas pelo Sinsej podem parecer muito

diferentes entre si, em todos os aspectos. De fato, nuances como tamanho e densidade demográfica, vocação econômica do município e número de servidores são diferentes, sim. Porém as diferenças ficam por aí. Com mais ou menos intensidade, em cada cidade lidamos com governos que buscam economizar com os servidores, para “investir” em obras ou nas empresas financiadoras de suas campanhas. No dia a dia, os servidores de Joinville, Garuva e Itapoá precisam se manter vigilantes para evitar corte de direitos.

Udo Döhler (Joinville), José Chaves (Garuva) e Sérgio Aguiar (Itapoá) são oriundos da burguesia de suas cidades ou estão a serviço dela. Não se pode ter ilusão. Cada conquista do último período deve-se à unidade, organização e à luta da categoria. Nenhum prefeito concede benefícios e avanços gratuitamente aos seus servidores. Nesse sentido, o que se constata, é que os governos Federal, Estadual e Municipal, independentemente do partido político que representam, têm realizado crescentes ataques aos direitos dos trabalhadores, historicamente conquistados. Essa chantagem precisa ser combatida duramente. Mais fortemente em Garuva, vemos a iniciativa da Prefeitura em privatizar serviços, demitir contratados, impor junção de turmas no Magistério, tudo para garantir o status quo dos privilegiados. Os servidores desta cidade precisam urgentemente se organizar para enfrentar esses ataques, a exemplo dos servidores de Joinville, que têm reagido ao ataques de Udo Döhler.

5. Sinsej – duas gestões que mudaram o curso da história

Antes de 2010, os servidores de Joinville sofreram duros ataques dos governos. Em doze anos, pouco mais de 40% de perdas salariais, desmonte do Estatuto e do PCCS do quadro civil. A ilusão no “dialogar para conquistar”, no “greve é coisa do passado” dividiu e fragilizou a categoria. O magistério só não perdeu seu Plano de Carreira porque conseguimos organizar a resistência pela base, apesar da direção do sindicato, por meio do MovimentAÇÃO. Este movimento, nascido em 2005, mobilizou diversas vezes os professores pela manutenção dos seus direitos e foi fundamental para que, em 2008, a Prefeitura não retirasse ainda mais direitos – inclusive a estabilidade – na reforma do Estatuto.

Ciente de que deveria lutar pela unidade de toda a categoria, o MovimentAÇÃO disputou as eleições sindicais em 2007. Em 2010 venceu e passou a dirigir o sindicato. Já no primeiro ano ocorreu a primeira greve. Em todo o governo de Carlito Merss foram 46 dias de greve. Já no governo de Udo Döhler foram mais de 85 dias de greves até o momento. Essa luta da categoria reverteu o período de arrocho salarial, com recuperação de parte das perdas. Além disso, avançou-se em vários benefícios, além de impedir a retirada de direitos.

Desde 2011, o Sinsej passou a representar Garuva e Itapoá, um novo patamar de organização para os servidores destas cidades, que não contavam com sindicato. Nas duas cidades são perceptíveis os ganhos salariais acima da inflação, a conquista no vale-alimentação, estatuto, entre outros benefícios.

Claro que nem tudo é perfeito e ocorre como o desejado. Esta gestão do Sinsej inaugurou um período de maior democracia sindical. Hoje está em curso a construção do Conselho de Representantes, com servidores eleitos em diversas unidades. Mas é preciso avançar mais nessa organização. Além de eleger representantes em todas as

unidades, no próximo período é preciso focar na formação dos novos dirigentes. Urge um programa de formação sindical que abarque o conjunto dos conselheiros, também aberto a toda a categoria.

A realização deste Congresso é um salto de qualidade. Graças à alteração estatutária proposta pela direção do sindicato (enfrentando forças que não queriam de forma alguma essa mudança), hoje os delegados eleitos em todos os setores podem pensar coletivamente os rumos do Sinsej para o próximo período. Criou-se de fato a possibilidade de um sindicato controlado pelo servidor, uma vez que à direção cumpre doravante seguir a linha política traçada coletivamente. Há poucos anos não havia assembleias, campanha salarial, conselho de representantes, não tínhamos liberação para essas reuniões, não tínhamos congresso... É possível avançar sempre mais, se mantivermos o foco. Unidade, Organização e Luta constituem uma receita de sucesso para o futuro dos servidores de Joinville, Garuva e Itapoá.

6. Organização Sindical

O sindicato precisa desenvolver uma política e estrutura para os aposentados. Hoje, os inativos somam cerca de 1.000 filiados ao Sinsej. É preciso organizar um coletivo de aposentados na entidade, sob responsabilidade de um diretor liberado, que pense e organize atividades de formação, reivindicação e confraternização entre os inativos. Uma sugestão inicial é que o sindicato encampe um Encontro Anual de Aposentados, atividade que entraria no calendário fixo, para reunião, socialização, informação e confraternização deste setor. Além disso, ao longo de cada ano, o coletivo deve organizar palestras sobre assuntos sugeridos pelos próprios associados. Para que esse coletivo possa interagir com todos os aposentados, é preciso fortalecer o canal de comunicação, atualizando constantemente a mala direta, de modo a incluir os novos aposentados e manter atualizado o cadastro destes na entidade.

7. Reformulação estatutária

Pequenas adequações são necessárias ao Estatuto do sindicato. O Congresso remete à Assembleia Geral da categoria a proposta de duas alterações:

1. Alterar o Art 18 do Estatuto, que diz "O congresso da categoria será realizado até o término do primeiro ano do mandato da diretoria e determinará os encaminhamentos políticos gerais do sindicato para o período da gestão". Nova redação: "O congresso da categoria será realizado durante o último ano do mandato da diretoria e determinará os encaminhamentos políticos gerais do sindicato para o período da próxima gestão".
2. Incluir novo artigo: "Art. X: É vedada a concessão de qualquer vantagem pecuniária aos dirigentes sindicais, excetuando-se as compensações oriundas de despesas ocorridas no exercício das funções inerentes ao mandato. Parágrafo Único: Na hipótese de servidor licenciado para dirigir o sindicato constatar perdas em sua remuneração regular relativa à sua função no local de trabalho de origem, e esta não sendo reparada pela Prefeitura, fica autorizada a compensação dessa diferença pela entidade sindical."

8. Plano de lutas geral - Em conjunto com a classe trabalhadora do Brasil

- Pela revogação das reformas da Previdência dos governos FHC, Lula e Dilma. Retorno das aposentadorias integrais e da paridade para todos;
- Contra qualquer tipo de terceirização, pela derrubada do PL 4330 (PLC 30/2015);
- Pela revogação das MP's 664 e 665;
- Pelo arquivamento da Lei Anti-terror;
- Pela redução de jornada sem redução de salários;
- Contra o PPE, o lay-off e as demissões incentivadas;
- Pela estabilidade no emprego, para todos os trabalhadores;
- Pela estatização sob controle operário das empresas que demitirem, bancos, empreiteiras envolvidas em corrupção e de todas as empresas que receberam recursos públicos;
- Pela anulação dos leilões de campos petrolíferos, pelo monopólio estatal do petróleo, Petrobrás 100% pública e sob controle operário;
- Pela reestatização da Vale, da CSN e de todas as empresas e serviços públicos privatizados;
- Pela retirada das tropas do Haiti;
- Por educação, saúde e transporte públicos, gratuitos e para todos;
- Para que o governo federal garanta a aplicação da Lei do Piso do Magistério na carreira, em todos os sistemas de ensino.
- Contra o PL 5069
- Em defesa da Reforma Agrária, da Agricultura Familiar independente e ecológica.
- Pela aprovação do Projeto 7951/2014 (Anistia aos movimentos sociais)
- Pela estatização sob controle operário da fábrica ocupada Flaskô

9. Campanha Salarial 2016 e lutas permanentes da categoria

No ano de 2016, ano eleitoral, a legislação impede concessão de vantagens aos servidores seis meses antes do pleito. É preciso antecipar as campanhas salariais nas três cidades. Propomos que as assembleias de tirada de pauta ocorram no mês de fevereiro e que a categoria esteja preparada para o combate no início de março. Entendemos que, apesar do calendário apertado, 2016 é um ano de oportunidades. Os prefeitos estão em seu primeiro mandato e podem ser candidatos à reeleição. Isso permite maior pressão dos servidores sobre os governos que, mesmo que não se candidatem, têm por certo interesse em eleger seu sucessor. A direção do sindicato e os representantes das unidades devem mover todos os esforços para ganhar o coração e a mente de cada servidor nesse combate, desde já, para garantir o sucesso dessa luta, com participação massiva de todos os companheiros.

Apresentamos uma sugestão de pauta-base comum para a campanha salarial 2016. A partir dela, as assembleias em cada cidade podem traçar a pauta específica no município:

- Reposição automática do INPC mensal, de forma a preservar o poder aquisitivo dos servidores (gatilho salarial);
- Que as Prefeituras assumam a responsabilidade pelo atendimento da saúde dos

- servidores, garantindo consultas, exames, cirurgias e internações, em todas as necessidades;
- Que todas as vagas sejam ocupadas por servidores estáveis. Abertura de concursos. Não à terceirização.
 - Nenhum direito a menos;
 - Ampliação das liberações para os representantes das unidades de trabalho participarem do Conselho do Sindicato;
 - Regulamentação da jornada de 30 horas semanais, sem redução de salários;
 - Ampliação dos valores nominais do vale-alimentação;
 - Pelo reconhecimento e inclusão dos auxiliares no plano de carreira do magistério;
 - Enquanto não houver universalização no atendimento à Educação Infantil, que o empregador garanta auxílio-creche para os servidores;
 - Eleição direta para diretores das unidades escolares;
 - Por uma nova legislação do pagamento do adicional de insalubridade para Joinville, Garuva e Itapoá;
 - Garantia da oferta de vagas na Educação Infantil em período integral para todas as crianças de 0 a 5 anos;
 - Plano de Carreira para todos os servidores;
 - Isonomia entre ACS's e demais servidores;
 - Hora-atividade de 33,33% já!

Joinville SC, 14 de novembro de 2015.

Resolução de Comunicação

Resolução Final do I Congresso do Sinsej.

Nos últimos anos, o Sinsej construiu uma estrutura de comunicação que se tornou referência entre as entidades de classe do nosso estado. Isso só foi possível porque a gestão atual e a anterior compreenderam que a política acertada só é efetiva se conseguir chegar aos trabalhadores. A partir dessa visão, especial atenção e recursos foram destinados a esse setor.

Nossos meios

Desde o ano passado, o Sinsej tem realizado pesquisas de opinião entre os servidores, através de empresa especializada. Essa experiência tem revelado dados importantes para orientar o trabalho da entidade em vários âmbitos. Na comunicação, constatou-se o crescente uso que os servidores fazem das redes sociais para interagir com o Sinsej, o papel de destaque cumprido pelo Jornal e pelo site do Sinsej, a alta taxa de aberturas de e-mails informativos do sindicato, entre outras questões.

O site do Sinsej (www.sinsej.org.br) foi reformulado já em 2010. A atualização constante, disponibilização de documentos e conteúdo audiovisual tornaram-no a âncora da comunicação da entidade. Passados quase seis anos, chega a hora de pensar em melhorias técnicas, projeto previsto para 2016.

O sindicato também possui um blog (www.sinsej.org.br/blog), onde são hospedados conteúdos mais variados, que extrapolam os muros de nossa categoria, discutindo assuntos de interesse de toda a classe trabalhadora.

Entre as redes sociais, o principal trabalho do Sinsej concentra-se na página do Facebook, que conta com mais de 6 mil curtidas e alcança cerca de 13 mil usuários da rede por semana. Recentemente, o sindicato tem impulsionado conteúdos, ou seja, patrocinado para aumentar o alcance de determinadas postagens.

O Jornal do Sinsej ganhou periodicidade mensal e teve seu projeto gráfico reformulado, valorizando fotos, equalizando conteúdos rápidos e com maior fôlego. No jornal, também há espaço reservado para temas políticos mais amplos, o que faz parte do entendimento da direção da entidade sobre a necessidade de ampliar a consciência da categoria enquanto classe trabalhadora. Para o próximo período, é preciso trabalhar pelo aumento da periodicidade do Jornal do Sinsej, o que passa pelo fortalecimento do Conselho de Representantes, que deverá auxiliar na distribuição e discussão deste meio em cada local de trabalho.

O Sinsej Digital (e-mail que resume as informações do Sinsej do último período e anuncia atividades do próximo) conta com uma mala de aproximadamente 4 mil pessoas, possui periodicidade semanal e tem uma taxa de leitura de aproximadamente 25%. Esse número é alto, pois e-mails desta natureza são facilmente confundidos com spans. O Sinsej Digital é um instrumento importante, que deve ser mantido e ampliado. Redes sociais surgem e desaparecem com rapidez, e-mails permanecem.

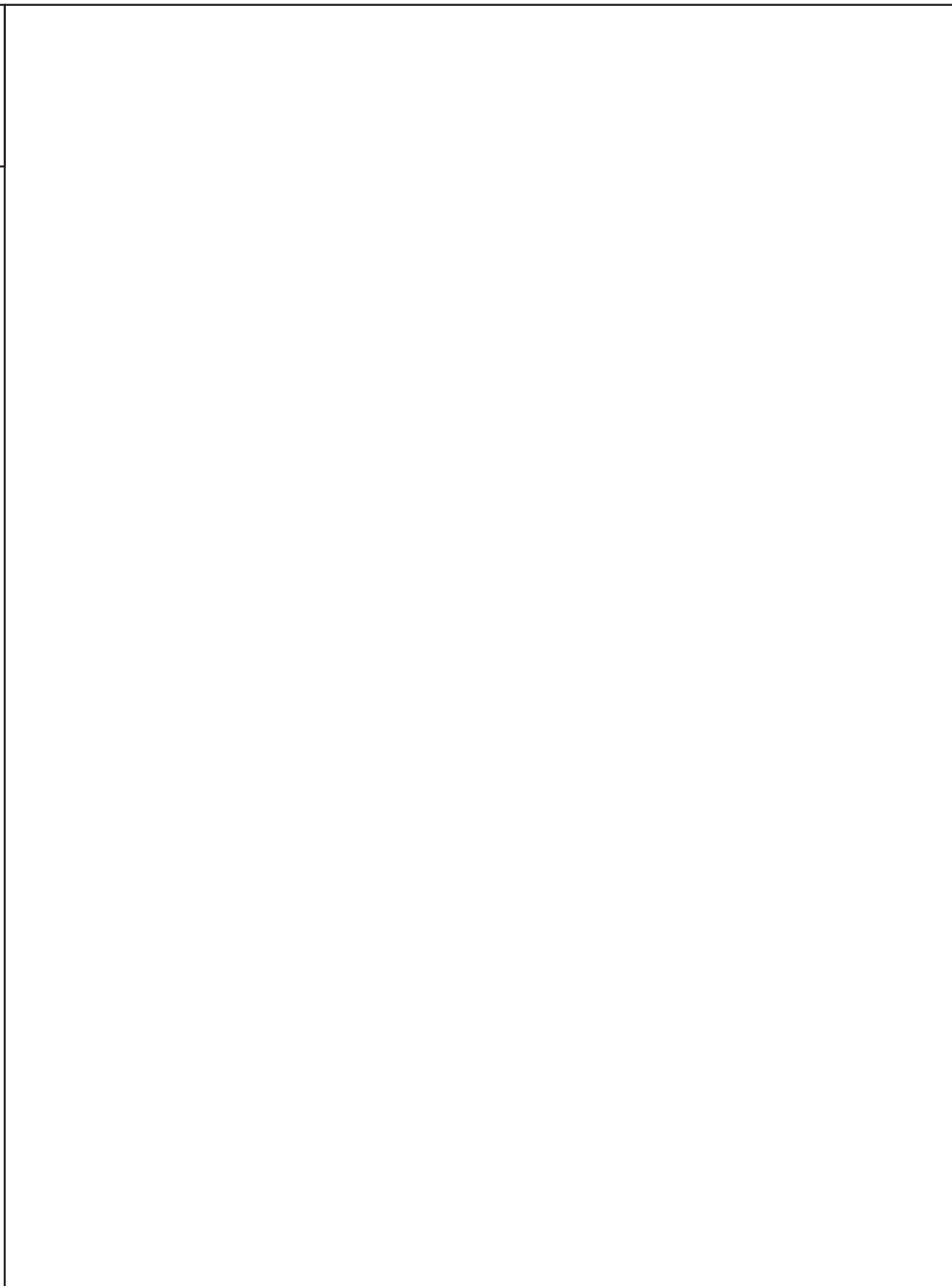
O sindicato produz ainda vídeos, elabora de panfletos, faixas, outdoors, Twitter, entre outros. Este trabalho é realizado por uma equipe de duas jornalistas em horário integral e uma terceira meio período, sob a supervisão dos diretores, embasados em uma política

que vem se mostrando acertada.

Ampliar horizontes

O 1º Congresso do Sinsej marca a consolidação da democracia e da participação da categoria na história da entidade. Ele assinala o amadurecimento da consciência de classe dos servidores de Joinville, Garuva e Itapoá. Chega a hora de pensar para além dos nossos muros, assumindo nossa responsabilidade de classe na conscientização de todos os trabalhadores da região. É dever das entidades que verdadeiramente defendem a classe explorada combater o discurso propagado pelos exploradores e os grandes meios de comunicação, que os servem. Para isso, propomos que o Congresso discuta maneiras práticas de alcançar a população de Joinville, Garuva e Itapoá, fortalecendo entre a comunidade a defesa do serviço público e a necessidade da construção de um mundo onde não haja mais fome, miséria e exploração, uma sociedade socialista.

No campo da comunicação interna, o Congresso recomenda a criação de lista de transmissão no aplicativo whatsapp, como forma de aprimorar o contato com os representantes por local de trabalho.



Moções aprovadas no Congresso

Moção de repúdio pela prática golpista dentro do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores de Joinville – Ipreville

Os delegados ao 1º Congresso do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Joinville e Região declaram seu repúdio aos membros do Conselho Administrativo do Ipreville indicados pelo Governo de Joinville. Foi encaminhado à Câmara de Vereadores de Joinville projeto de lei que repactua déficit atuarial de mais de R\$600.000.000,00 até o ano de 2043. Este projeto foi enviado mesmo sem atingir a aprovação da maioria absoluta de cinco dos oito membros do Conselho exigida pelo seu Regimento Interno. Na última reunião ordinária do conselho em 28 de outubro de 2015, após a exaustiva tentativa dos representantes eleitos pela categoria e do membro indicado pelo Sinsej de negociar uma alternativa que não oferecesse danos ao patrimônio da categoria, e que fosse viável à administração municipal, foi colocada em votação a única proposta feita pela Prefeitura. Com quatro votos favoráveis, três contrários e uma abstenção, e se baseando em um parecer jurídico encomendado pela direção do Ipreville, à própria gerência jurídica do instituto, o regimento interno foi atropelado, e a proposta foi considerada aprovada pela presidente do conselho (indicada pela Prefeitura). Tal atitude demonstra total descompromisso com o patrimônio da categoria, e mais ainda, desrespeita as regras criadas por eles mesmos. Assim como outros conselhos de participação popular, o comportamento dos membros do conselho indicados pelo governo prova que o controle social, tão propalado nesses fóruns, não passa de engodo. Na verdade, se faz o que bem entende o poder público, a participação popular não é nada mais que um argumento para legitimar essas ações desastrosas. Mesmo que se preciso for, tenha-se que mudar as regras diante dos interesses ali expostos. Por isso, a plenária dos delegados do I Congresso do Sinsej repudia tal conduta e apela para que seja garantida a democracia e o respeito aos interesses dos servidores segurados do Ipreville.

Joinville SC, 14 de novembro de 2015.

Moção de apelo à Presidência da Câmara de Vereadores pelo cumprimento de reivindicação assumida e pela reabertura das negociações

Os delegados do I Congresso do Sinsej, reunidos nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2015, apelam ao Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville para que atenda ao compromisso assumido com os servidores da casa, relativo à apresentação de Emenda ao Projeto de Resolução nr 16/2015 que garanta a incorporação da formação superior na carreira do servidor ainda durante o estágio probatório.

Outrossim, os delegados apelam ao Chefe do Poder Legislativo que reabra as discussões acerca dos demais itens reivindicados pelos servidores. Não é possível concordar com a postura atual da mesa diretora, que literalmente fecha as portas e se nega a efetuar um debate amplo e tranquilo sobre os temas. A Câmara de Vereadores é um poder independente, com orçamento próprio e hoje é essa autonomia que está em jogo.

Apelamos que essa negociação seja retomada com o conjunto da mesa diretora ou até com o conjunto dos vereadores, para que de fato se dê um caráter amplo e democrático à discussão. Importante frisar que as reivindicações dos servidores da Câmara não criam despesa nova para o erário público, tampouco tratam de reajuste salarial. Dois dos quatro pedidos colocados nem se referem a questões financeiras.

Joinville, 14 de novembro de 2015.

Moção de Apelo à Prefeitura Municipal de Joinville pelo cumprimento da acessibilidade nos equipamentos públicos

Os delegados do I Congresso do Sinsej, reunidos nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2015, apelam à Prefeitura Municipal de Joinville para que atenda o disposto no parágrafo 1º do artigo 19 do decreto 5296/2004, que determina que as edificações de uso público já existentes tenham prazo de 30 meses para garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Como nem todas as edificações passaram pelas adaptações exigidas, a plenária do Congresso apela ao Executivo Municipal para que acelere as obras necessárias.

Joinville, 14 de novembro de 2015.

**1º CONGRESSO
DO SINSEJ
RESOLUÇÕES FINAIS**